

A práxis coletiva do MST e a construção da sociabilidade nos assentamentos rurais da Chapada Diamantina - Ba - Brasil.

Luiza Trabuco Luiza.

Cita:

Luiza Trabuco Luiza (2017). *A práxis coletiva do MST e a construção da sociabilidade nos assentamentos rurais da Chapada Diamantina - Ba - Brasil*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/967>



A PRAXIS COLETIVA DO MST E A CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE NOS
ASSENTAMENTOS DO MST NA CHAPADA DIAMANTINA - BAHIA

Gismália Luiza Passos Trabuco

luizatrabuco@yahoo.com.br

CPDA/UFRRJ

Brasil

RESUMO:

O trabalho analisa o *hábitus* dos assentados e sua relação com os referenciais de sociabilidade introduzidos pela práxis do MST, observando se a condição de assentado do MST opera uma ressignificação das relações anteriormente vivenciadas, fazendo-os experimentar novas formas de relacionamento com a propriedade da terra. Os assentamentos do MST se configuram como uma nova ruralidade no contexto regional da Chapada Diamantina. Isso se deve à forma diferenciada como foram constituídos, mas, principalmente, pela presença de formas alternativas de organização social e políticas verificadas em seu interior. Pois, embora os demais assentamentos da região também tenham sido, na sua maioria, formados a partir de formas de luta popular, o fato de não estarem articulados em torno de uma práxis coletiva que se orienta para além da conquista da terra, potencializa a reprodução nestes assentamentos, das tradicionais formas de sociabilidade. A presença da práxis do MST na construção desse espaço, por outro lado, objetiva articulá-lo a um processo de transformação social, onde esses “campos conquistados na luta” passam a representar frações de territórios estruturados a partir de formas de organização social e política alicerçada em valores relacionados ao projeto sócio político do Movimento. É essa dimensão da práxis do MST que faz surgir nos assentamentos novas práticas e comportamentos, que confere ao assentado um papel na luta pela reforma agrária, remetendo-o para situações que extrapolam suas referências tradicionais de sociabilidade. No entanto, o MST não neutraliza a cultura política dos assentados, pois a sua atuação é mediada pelo *hábitus*, mas, impõe diferentes graus desse fenômeno, devido à penetração de novos elementos que passam a compor de forma confusa e muitas vezes contraditória as concepções e o modo de atuar no assentamento. Isto porque, a penetração da práxis do MST nos assentamentos não se dá no vácuo, mas se ajustam as experiências anteriores dos assentados, caracterizando a sociabilidade nos assentamentos como produto de um diálogo constante entre a práxis e o *hábitus*, onde ambos se influenciam mutuamente. É assim que se pode compreender o significado atribuído à propriedade da terra para o MST e para os assentados. Nos três



assentamentos do MST na Chapada Diamantina/BA pôde-se observar que, mesmo não produzindo um efeito dissolvente dos padrões tradicionais de sociabilidade, o MST desestabiliza alguns referenciais historicamente normatizadores no “campo” rural, configurando-se como mediatizador de novas formas de se relacionar com a propriedade da terra. Porém, o vínculo entre as “disposições” e a “orientação” é precário, pois a atuação dos assentados não corresponde integralmente aos propósitos do MST. Ainda assim, o processo de reelaboração do hábitus se dá num ritmo diferenciado dos processos “espontâneos” de transformação cultural, devido à intencionalidade presente na práxis do Movimento.

Palavras chave: Assentamentos rurais, movimentos sociais, sociabilidade.

ABSTRACT:

The work analyzes the habitus of the settled people and its relationship with the references of sociability inserted by the MST praxis, observing whether the condition of a MST settled person operates on a re-significance of the previous relationships, making them improve their relation with the land property. MST settlements shape a new rurality in Chapada Diamantina regional environment. Not only is this due to the distinctive way they were set, but also and mainly due to the presence of alternative forms of social organization and policies within them. On one hand, although other settlements in the region have also been formed mostly from types of grassroot struggle, not being tied by beyond land-acquiring collective praxis fosters the replication of traditional forms of sociability in these settlements. On the other hand, MST praxis, while building this space, aims at having it interconnected to a social transformation process, so as to remodel these "fields conquered through struggle" as the expression of territorial fractions set from forms of social and political organization founded in values related to the socio-political project of the Movement. This dimension of MST praxis gives rise to new practices and behaviors within the settlements. That gives the settlers a role in the struggle for land reform, by placing them in situations that go beyond their traditional sociability references. However, MST does not neutralize the settlers' political culture. In fact, its action is mediated by habitus, but it imposes different degrees of this phenomenon due to the insertion of new elements, which then compose



the conceptions and the behavior in the settlement in a confusing and often contradictory way. This occurs because the insertion of MST praxis within the settlements does not arise in the vacuum, but it adjusts to settlers' previous experiences. Thus it portrays the sociability within the settlements as the outcome of a constant dialogue between the praxis and the habitus, both exerting influence on each other. This is how one can understand the meaning attributed to land ownership for MST and the settlers. Inside the 03 MST settlements at Chapada Diamantina/BA, although without producing an effect that dissolves the traditional sociability standards, it was possible to see that the MST disestablishes some of the references that use to be historical standards in the rural "field", being something which mediates new sorts of relation with the land property. But the linkage between the "dispositions" and the "orientation" is precarious because the activity of the settled people does not correspond to the MST purposes integrally. In spite of that, the habitus re-elaboration process occurs according to a different time from the "spontaneous" processes of cultural change, due to the intentionality that is present in the Movement praxis.

Keywords: rural settlements, social movements, sociability.

INTRODUÇÃO:

Os assentamentos rurais tornaram-se um componente importante do mundo rural brasileiro, dado a sua amplitude geográfica e demográfica¹ e à sociabilidade aí praticada, pois se constituíram em espaços de experiência de formas sociais, econômicas, políticas e culturais alternativas, nos quais diferentes agentes buscam efetivar seus projetos, com orientações muitas vezes divergentes acerca da Reforma Agrária e da sua função social.

Compreende-se que configurações sociais específicas são produzidas pela combinação entre a cultura dos assentados e os novos conteúdos introduzidos pela atuação desses agentes. Considerando que a forma e o produto dessa combinação se

¹ Entre 1979 e 2015 foram criados no Brasil 9.416 projetos de assentamentos com 1.120.266 famílias assentadas (82.135.104 há) Dataluta – UNESP.

diferenciam segundo os agentes mediadores e as condições socioculturais dos assentados, este trabalho procura compreender, a partir da análise das formas de sociabilidade presentes em assentamentos do MST, como a práxis coletiva deste Movimento interfere na elaboração do *hábitus* dos assentados e se podem ser identificadas alterações na relação que estabelecem com a propriedade da terra.

Este artigo se baseia em uma etnografia² realizada nos três assentamentos do MST mais antigos³ da Chapada Diamantina – Bahia: Beira Rio, Baixão e São Sebastião de Utinga, localizados nos municípios baianos de Boa Vista do Tupim, Itaetê e Wagner, respectivamente, onde existe grande número de famílias em áreas do MST.

Assentamentos Rurais: espaços produzidos e disputados

Desde a década de 1950 que o sindicalismo rural e as Ligas Camponesas lutam para inserir a reforma agrária na agenda política nacional. Porém, é a partir dos anos 1980, com a intensificação do processo de concentração de terra provocado pela chamada *Modernização Conservadora* e com o surgimento de um movimento social com expressão nacional – o MST, que capitalizou e transformou em ação política as demandas da população sem terra, ocupando áreas improdutivas para exercer efetiva pressão sobre o Estado, é que se observa a execução de um processo mais sistemático de assentamento de famílias no campo, que tem sido veiculado como reforma agrária.

Uma das especificidades do assentamento é que ele, sendo um espaço novo, favorece a especulação e a experimentação de diferentes formas produtivas e de organização social. Neste processo, os significados embutidos pelas famílias assentadas no querer a terra podem não corresponder às intenções dos agentes que atuam na formação dos assentamentos. Vale ressaltar, no entanto, que a atuação de múltiplos agentes também ocorre em outros espaços, porém não de forma tão “violenta”, na expressão de Ferrante (1997), por não trazer implicações tão fortes para a configuração social. Neles, trajetórias de vida, muitas vezes distintas, cruzam-se criando uma comunidade de modo “artificial” ou mediada pelas necessidades econômicas e políticas,

² Foram realizadas 30 entrevistas com assentados, militantes e dirigentes do MST, representantes estatais, das associações locais e de outros movimentos atuantes na região, pesquisa de campo nos assentamentos, observação participante nas atividades do MST e pesquisa documental no INCRA.

³ Foram escolhidos aqueles assentamentos que acumularam tempo significativo de experiência com a práxis do MST, por compreender que a transformação do *hábitus* é um processo perceptível apenas no longo prazo.

e não por uma convivência desejada e construída espontaneamente. Essa observação corrobora com a concepção de Bergamasco (1992:39), segundo a qual “*Os assentamentos se constituem em espaços sociais produzidos*”. D’Incao e Roy (1997) também apontou pelo menos três concepções de sociedade que orientavam a intervenção do MST, do Estado e da CEBs, presentes em assentamentos paulistas.

Esta postura dos agentes intervenientes, segundo Medeiros, Leite, Esterci e Franco (1992), se baseia em uma concepção que considera o assentado como um ente em mutação, onde a nova experiência social vivida deve ser mediada e dirigida, sofrendo assim, a imposição de modelos de sociabilidade e padrões de organização social (1992: 6).

Para o MST, o assentamento não deve se restringir ao espaço onde as famílias desenvolvem suas estratégias de sobrevivência e reprodução social; devendo, pelo contrário, constituir-se enquanto um “*laboratório para formar consciências sociais*” (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], 2003), a partir da criação de novas formas de participação e convívio.

Assim, ainda que não correspondendo ao modelo de reforma agrária do MST, os assentamentos configuram-se como um acúmulo de forças para a continuidade da luta por uma efetiva reforma agrária. Os limites para a realização, no Brasil, do modelo defendido pelo MST, decorrem da forma de inserção do país no capitalismo global, do seu papel dependente e agro exportador, que destina grandes faixas de terra para monocultivos agrícolas fornecidos ao mercado internacional, e da força econômica e política de segmentos interessados na manutenção deste padrão de crescimento econômico, fortemente representados no Estado brasileiro.

A relação entre a consolidação do MST e a constituição de assentamentos é destacada por Medeiros e Leite (2004: 49) que considera que “*(...) essa entidade é, ela mesma, um efeito da constituição dos assentamentos*”, na medida em que a criação de cada assentamento fomenta a luta pela terra e legitima o Movimento como representante de territórios conquistados.

Para Oliveira (2001:08), a força e longevidade do MST estão associadas à sua capacidade de articular simultaneamente a espacialidade da luta, com ocupações e acampamentos, com a territorialização do Movimento, concretizada pela inserção de

novas formas de produção e de organização social e política nos assentamentos. Isto requer a articulação de duas formas de pressão sobre o Governo: para ter acesso à terra (ocupações e acampamentos) e para viabilizar a produção (assentamentos). O sucesso do MST, para Comparato (2001), estaria na sua habilidade em construir um vínculo de reforço mútuo entre esses dois ciclos e mantê-los ligados à organização do Movimento.

Ocupação, acampamento e assentamento: faces da mesma luta.

A ocupação é uma ação de massa, organizada por um prévio trabalho de base, que consiste na mobilização de famílias demandantes por terra para a ocupação de fazendas, como forma de pressionar os governos a realizarem desapropriação de terras para a implantação de assentamentos. É neste trabalho de base que as famílias entram em contato com a práxis do MST e conhecem suas formas organizativas.

A transformação das famílias começa com o próprio ato de ocupar a terra e é reforçada pela experiência da vida coletiva no acampamento. O ato de romper a cerca e pisar na terra considerada “alheia” na visão hegemônica da sociedade, que vê a propriedade privada como algo intocável, representa uma primeira reflexão sobre o significado da propriedade da terra.

Esta ação prática é baseada numa carência objetiva (falta de terra, de trabalho, de comida) e na convicção forjada na luta de que há legitimidade em tal ato. Ela apresenta uma potencialidade pedagógica, pois contraria o postulado legal do direito burguês de não violação da propriedade privada, a partir da contraposição do legítimo ao legal, podendo ser encarada como um elemento embrionário de confrontação à concepção capitalista sobre a propriedade da terra (Coletti, 2003). A exploração dessa potencialidade deve ser desenvolvida no acampamento.

O acampamento, que caracteriza a resistência após a ocupação, impõe aos assentamentos a face do processo de luta carregada pela participação de agentes que emprestam à sua organização social elementos de sua práxis.

A heterogeneidade característica do público que forma o assentamento⁴ é dissolvida pela situação do acampamento, quando as condições exigem uma

⁴ O MST agrega uma base social mais heterogênea que a das Ligas Camponesas, com trabalhadores rurais com diferentes inserções na estrutura agrária e no processo de produção. Isto não o descaracteriza como um movimento camponês, visto que no Brasil, o assalariamento muitas vezes representa uma estratégia de reprodução camponesa.

concentração de energias, fazendo os acampados se aglutinar com mais intensidade e as diferentes perspectivas acabam sendo temporariamente secundarizadas, em prol da luta comum pelo acesso a terra. Posteriormente, esta diversidade se reflete nas tensões relacionadas à organização social, à produção e ao alinhamento político no assentamento.

Na práxis do MST, o acampamento também atua como uma espécie de preparação para a vida em comunidade, que se propõe para o futuro assentamento. É o momento em que o Movimento se encontra mais presente junto a sua base, com maior mobilização de quadros para o acompanhamento dessas áreas. Isto ocorre por três motivos fundamentais: pela necessidade de garantir proteção às famílias acampadas, dando-lhes suporte (material e político) necessário à resistência; por ser o momento propício à constituição da identidade das famílias com o MST, o que se efetiva pela formação política e a instituição de novas formas organizativas (grupos de famílias, setoriais, etc); e por ser o espaço e o momento de surgimento e formação de novos quadros militantes.

Em contraste com a unidade forjada pela situação anterior (acampamento), o assentamento passa a ser caracterizado como um espaço de agudização de conflitos, podendo levar à interpretação de que o MST não estaria obtendo sucesso na introdução de novos referenciais, ou que as condições em que opera impõem limites aos objetivos do Movimento.

Um destes limites é que, ao desembocar na implantação de assentamentos, a luta pela terra cria territórios sob a gestão do Estado, disputados politicamente pelos movimentos e demais agentes presentes na sua formação. Os mecanismos de controle do Estado impõem limites ao processo de territorialização do MST, pois exerce ingerência sobre critérios de acesso a terra, cultivos financiados, formas associativas obrigatórias para acesso a recursos e pelo atrelamento prolongado até a emancipação dos assentamentos.

Categorias teóricas: Práxis e hábitos

A práxis do MST foi construída pela apropriação do “aprendizado histórico” possibilitado pela lutas camponesas e pelo desenvolvimento de características

inteiramente novas: a dimensão nacional, para superar o localismo dos movimentos camponeses anteriores e dificultar a repressão (Martins e Caldart, 2000); a direção coletiva (Petras, 1995); a formação de quadros militantes (Navarro, 1999); o investimento na formação política (Petras, 1995 e Caldart, 2000); a luta pela terra como eixo principal, mas associada a outras pautas pela transformação da sociedade (Caldart, 2000 e Fernandes, 2004); a ocupação como principal forma de luta (Caldart, 2000); a influência exercida em frações do território através dos assentamentos (Fernandes, 2004); a criação de um novo sujeito social com identidade e nome próprios: *sem terra* (Caldart, 2000)⁵; e a autonomia frente a sindicatos, igrejas e partidos (Petras, 1995);

Este trabalho compreende a práxis como intenção realizada, como síntese na qual está presente a orientação teórica (mas não como intenções puras desligadas de sua realização) refletida na ação, que se confronta em um determinado contexto cultural com condições históricas (Vásquez, 1997). Por isso, buscou-se observar a práxis do MST através da atuação prática dos sujeitos que o compõem (dirigentes, militantes, assentados) e como ela se apresenta nos assentamentos, e não pelas intenções, programa e declarações do Movimento.

Ela aqui é interpretada como uma agência pedagógica que busca alterar os padrões de relacionamento dos assentados com a propriedade da terra, provocando uma reformulação na percepção em torno desta categoria, caracterizada como um espaço de trabalho conquistado na luta, em contraposição à concepção da terra como meio de produção para a geração de capital através da exploração do trabalho alheio.

A realização dessa intenção é operada através de diversos mecanismos de mediação entre a ideologia do MST e a cultura dos assentados, presentes nos assentamentos: palavras de ordem, músicas, a pedagogia da terra, os símbolos e a mística. Os princípios organizativos são operacionalizados através de uma estrutura organizativa bastante complexa, que tem a função de materializar a linha política do MST, fazendo-a chegar até a base e permitir o fluxo em sentido inverso: grupos de famílias, brigadas, setores, regionais, coordenações, encontros, congressos e secretarias.

⁵ Os assentados que já adquiriram um pedaço de terra são identificados como *sem terras*, pois o termo deixou de significar uma condição a ser superada, passando a expressar um coletivo em luta e a representar o pertencimento ao MST. Esse é um feito histórico, pois nem todas as lutas são capazes de produzir sujeitos sociais e identidades políticas que estabelecem elos da luta imediata com o processo histórico mais amplo (Caldart, 2000).

Ainda que em momentos nos quais sua unidade se encontra ameaçada, a direção do MST restrinja o espaço das decisões coletivas, as atividades (místicas, ocupações, marchas), os espaços de participação (grupos de família, assembléias, encontros) e a sua estrutura organizativa (setoriais, brigadas) representam estímulos concretos à atuação dos assentados, tanto na gestão das áreas, quanto na construção do Movimento. A inédita participação dessas pessoas em espaços organizativos⁶ e a construção da ideia de poder popular é um dos aspectos positivos apontados pelos assentados quando se referem ao MST e à experiência nos assentamentos.

Ao possibilitar esta participação, o MST realiza processos de ressocialização. Esse processo, no entanto, ocorre sob a mediação do *hábitus* dos assentados, que orienta a forma de apropriação dessas novas experiências. Como um conjunto de disposições duráveis que estabelece os esquemas de percepção e as categorias de apreciação e classificação, o *hábitus* orienta e organiza o comportamento. Por ser socialmente apreendido através da incorporação de estruturas simbólicas, mantém com o mundo social uma “*auténtica cumplicidade ontológica*”, e possibilita um “*domínio prático das regularidades do mundo*”, mas conserva o seu papel na elaboração dessas estruturas que lhe dão formato, sendo, também, um dispositivo gerador destas (Bourdieu, 2001).

Utilizando as categorias teóricas de *práxis* e *hábitus*, pode-se inferir que a sociabilidade dos assentados seria o resultado do confronto entre o *hábitus* _ materialização das suas experiências anteriores (relações de trabalho, costumes, vivências) inscritas em um *campo* (mundo rural)_ com uma situação específica produzida pela *práxis* do MST, o assentamento, que demanda alteração no *hábitus*. Seria o produto do confronto entre a história objetivada (*práxis*) e a história incorporada (*hábitus*), onde o segundo manifesta uma ordem reproduzida cotidianamente dentro dos parâmetros hegemônicos e a primeira enquanto ação transformadora que busca alterá-lo.

Considerando a propriedade da terra como o capital social constituinte do *campo* rural, que orienta as posições dos agentes e a relação entre eles, cabe observar que, antes de ser assentado, essa base social, que se insere na luta em reação a uma determinada inscrição no campo rural, como *sem terra* _cujo *hábitus* era formado pelas diferentes

⁶ No assentamento Baixão 67% dos assentados nunca havia participado de uma associação (PDSA p. 100).

formas de relação com a terra: meeiros, arrendatários, posseiros, trabalhadores rurais, minifundistas_, quando conquistam um lote num assentamento, passa a ter uma determinada relação com a propriedade da terra, sendo seu *hábitus* um resultante dessa nova posição no *campo* _ de “proprietário”. Essa relação, no caso específico dos assentados do MST, é orientada por uma práxis que traz um significado para a propriedade da terra, muitas vezes, estranha à percepção que o campo rural lhe atribui.

MST na Chapada Diamantina

A atuação do MST na Bahia começa em 1987 com a ocupação da área 4045 (Alcobaça-Ba), voltada à produção de celulose para exportação. Atualmente o MST possui 146 assentamentos com 10.397⁷ famílias assentadas e 218 acampamentos com 20.467 famílias acampadas no Estado, organizadas em dez regionais: Extremo Sul, Sul, Baixo Sul, Sudoeste, Recôncavo, Chapada Diamantina, São Francisco, Nordeste, Oeste e Norte.

A inserção do MST na Chapada ocorreu em 1995 com a ocupação da fazenda Águas Belas, com 235 famílias acampadas à beira da BR 242 (Lençóis – Ba), despejadas 16 dias depois. A divisão da fazenda em três áreas a descaracterizou como latifúndio, impedindo sua desapropriação. A primeira ocupação bem sucedida foi na Fazenda São Sebastião de Utinga (Wagner – Ba), seguida pelas ocupações das fazendas Bastira (Itaetê) e Beira Rio (Boa Vista do Tupim), que foram posteriormente transformadas em assentamentos.

Os assentamentos rurais apresentam-se como uma nova ruralidade no contexto da Chapada Diamantina, região cuja ocupação socioeconômica iniciou-se no século XVIII com a exploração de diamantes. O aproveitamento dos campos devastados para o plantio de capim e a capitalização proporcionada pela exploração das madeiras, propiciaram o desenvolvimento da pecuária extensiva (BRITO, 2005). Este processo histórico explica a estrutura fundiária fortemente concentrada e ajuda a entender porque a luta pela terra passou a ser tão presente e intensa na Chapada, situação agravada na

⁷ Segundo dados do INCRA (site consultado em 29/11/2017) existem 691 assentamentos na Bahia com 48.696 famílias assentadas numa área de 2.044.783 ha. Estes números incluem reservas extrativistas e outros tipos de assentamentos.



década de 1970, quando crescentes subsídios governamentais estimularam ainda mais esta concentração.

Atualmente o MST possui 31 assentamentos com 2.652 famílias assentadas em uma área de 230.723ha e 2.946 famílias acampadas em 41 acampamentos na Regional Chapada, correspondendo a $\frac{1}{4}$ das famílias assentadas em áreas do MST na Bahia.

Assentamentos estudados:

O assentamento São Sebastião de Utinga se localiza a 8 km da sede de Wagner e possui área de 2.224,260 ha dividida em 92 lotes de 16 ha. Já o assentamento Baixão é composto por 145 lotes de 16 ha, totalizando uma área de 3.646,0878 ha, localizada a 30 km de Itaetê. A 58 km da sede de Boa Vista do Tupim fica o assentamento Beira Rio com uma área de 11.029,0000 ha dividida em 400 lotes de 19 ha.

A análise da origem, da trajetória e dos motivos que os levaram à luta pela terra aponta para uma homogeneidade no perfil dos assentados. A maioria provém da região e de famílias *sem terra* ou com relação instável de posse, que sobrevivia realizando serviços temporários (diaristas) ou produziam em regime de meação. Poucos tinham experiência de assalariamento, sendo a maioria oriunda de famílias camponesas que não conseguiram, pelo tamanho da propriedade ou pela ausência dela, garantir aos núcleos descendentes o acesso a terra ou o exercício de atividades fundamentais para a reprodução social da família.

A produção destes assentamentos é basicamente de subsistência, com destaque à produção de gêneros alimentícios que compõe a dieta dos assentados: milho, feijão, mandioca, abóbora, melancia, banana e abacaxi. A principal atividade econômica é a pecuária, cuja centralidade está relacionada às experiências anteriores dos assentados, que anteriormente eram vaqueiros ou diaristas em fazendas de gado da região. Além disso, as condições produtivas dos imóveis desapropriados, historicamente ocupados por rebanhos de gado criados de modo extensivo, condicionou a utilização da terra, pelo tipo de infraestrutura existente e pela qualidade dos solos.

Apesar de todos os assentamentos possuírem as formas de organização propostas pela práxis do MST, o grau de identificação com o Movimento e de participação dos assentados nas suas atividades e instâncias é diferenciado. Isso se deve ao processo de formação das três áreas, que imprimiram determinadas características a cada um deles. No assentamento Beira Rio, o enfrentamento dos assentados à CPI instalada pela Assembleia Legislativa para investigar aplicação de recursos do Governo Federal nos assentamentos, fortaleceu a identidade política dos assentados. Por ser o primeiro assentamento do MST na Chapada, o PA São Sebastião de Utinga foi alvo de intenso processo de formação política na época do acampamento, refletindo-se em maior identificação dos assentados com o MST e na deles em coletivos e setores. O assentamento Baixão, que é considerado um modelo de produção na Regional, não apresenta o mesmo destaque quanto à participação nas atividades externas do MST, concentrando-a nas instâncias internas do assentamento.

A participação dos assentados na luta após a conquista da terra⁸ é um dos principais desafios para o MST, até porque evidencia o impacto que a “propriedade da terra” provoca na sociabilidade da sua base social. A postura ideal seria a transformação do assentado em militante inserido na luta e, ao mesmo tempo, produzindo no assentamento, cumprindo, assim, os dois papéis atribuídos pelo MST aos assentados.

Para um dirigente do MST, a baixa participação de assentados estaria relacionada à ideia que participar de marcha é coisa para acampado. Mas, a transformação das condições materiais de vida deve ser considerada, pois ao deixar de ser *sem terra*, passando a “proprietário”, novas obrigações são assumidas (cuidado com o lote, os cultivos e as criações), como aparece na justificativa de vários assentados para a sua ausência em atividades externas do MST.

Os assentados também não adquirirão sua sobrevivência unicamente do trabalho no lote, continuando inseridos em atividades precárias e mantendo vínculos de trabalho com fazendeiros, o que contribui para a reprodução de comportamentos que o Movimento esperava reformular com a experiência no assentamento.

⁸ O MST aciona os assentados mais vinculados à sua práxis para a participação em ocupações de terra e para o apoio aos acampamentos.

Conclusões:

A práxis do MST, que busca esvaziar o conteúdo capitalista da terra, enquanto mercadoria e propriedade privada, encontra correspondência no modo como os assentados a representam, tendo em vista que estes, pelo seu perfil sociocultural, constituem-se enquanto camponeses que mantêm com ela um vínculo quase ontológico.

Na maioria das falas a terra aparece como elemento fundamental para garantir a subsistência física e social e a reprodução de um modo de vida semelhante ao dos pais. É buscada como patrimônio familiar, econômico e simbólico, que garantirá a reprodução da família através da herança. A conquista da terra passa a significar a possibilidade de formar este patrimônio, através da pecuária, que serve como uma poupança a ser utilizada nas ocasiões que demandam mais recursos: doenças na família, viagens migratórias, casamento, funeral e pagamento da dívida com o INCRA, itens relacionados à reprodução familiar.

No entanto, enquanto o MST busca articulá-la a uma ação de transformação da sociedade, os assentados a relacionam a um projeto de vida familiar, o que os faz interpretar a práxis do Movimento apenas como luta pela terra, sem dimensionar a amplitude que o MST busca atribuí-la.

Para além dessa concepção camponesa, também presente na práxis do MST, o Movimento traz conteúdos novos, relacionados ao meio de acesso e as formas de utilização da terra. A ocupação coletiva organizada é colocada como uma forma diferenciada de acesso a terra, já que os mecanismos mobilizados pelo camponês sempre foram a herança e/ou a ocupação familiar. O incentivo a criação de novas formas de utilização da terra baseadas no trabalho coletivo, também se apresenta como um elemento novo para o hábitus camponês, fundamentado na utilização do trabalho familiar.

A interpretação que os assentados elaboram do processo de conquista da terra, embora sejam diversas e mesmo contraditórias, demonstra uma incorporação de elementos centrais da práxis do MST, como a compreensão da possibilidade de transformação das condições de vida pela intervenção dos assentados na realidade e do reconhecimento da luta como forma legítima de acesso à propriedade da terra.

A conquista da terra identificada como resultado da luta e a expressão coletiva de demandas através das atividades do MST, possibilitam a auto percepção como sujeito de direitos e os vinculam a uma coletividade definida pela identidade *sem terra*, levando-os a perceberem sua existência para além dos seus contextos locais.

Nas ocupações, marchas e assembleias os assentados vivenciam experiências concretas de participação, que se configuram como espaços de aprendizado político, permitindo-lhes reelaborar seus padrões de comportamento social e político, que se contrapõem às relações anteriormente vivenciadas.

Por outro lado, como manifestação da força conservadora do hábitus, na relação que os assentados estabelecem com esses novos conteúdos, muitas vezes, a perspectiva camponesa é reintroduzida. Exemplo disso é a presença forte das relações de parentesco e vizinhança na formação dos grupos que realizarão novas ocupações, na formação dos coletivos e dos grupos de famílias dentro dos assentamentos e na definição dos critérios para o acesso aos lotes evadidos⁹.

O descompasso entre o comportamento dos assentados e os conteúdos da práxis do MST, que pode ser identificado como resultado do profundo condicionamento cultural que reaparece depois de terminada a emoção da luta pela terra pode ser explicado por dois fatores: de um lado, a alteração na condição material do assentado (de *sem terra* a “proprietário”), o coloca frente a novas necessidades (produzir para sobreviver e pagar as dívidas/créditos) e em tarefas cotidianas nos lotes que os retira dos espaços de participação e convívio com a práxis do MST, remete-os à situações pretéritas, de atividades restritas ao grupo familiar; de outro, a dinamização da luta pela terra, que demanda maior atenção do Movimento para as áreas de ocupação e acampamentos, dificulta o acompanhamento do MST nos assentamentos. O MST é pressionado a responder em duas frentes: na organização e acompanhamento dos assentamentos e na operacionalização e ampliação da luta com a realização de novas ocupações e acampamentos. A dificuldade se mostra pelo descompasso entre o ritmo da

⁹ Atrasos na liberação dos créditos, precariedade na infraestrutura e empobrecimento das famílias têm levado à evasão e a instituição de mecanismos de “compra e venda” de lotes, propiciando o acesso à terra a pessoas sem vínculo com o processo de luta. Pelas regras do INCRA os lotes “evadidos” são ocupados por novos assentados, que assumem as dívidas relacionadas, justificando a transferência da estrutura existente ao novo beneficiário. No entanto, outras possibilidades são negociadas entre os assentados, onde os “feitos” (benfeitorias) são avaliados e o novo beneficiário “*compra o direito de posse*” e assume a dívida. Essas negociações ocorrem sem a mediação do Movimento, que estabelece outras regras para a transmissão de lotes: participação na luta, disciplina no assentamento, procedência e vinculação do pretendente com os assentados, participação nas atividades do MST, entre outros.

luta, que faz surgir novas áreas a cada dia, e o lento processo de formação de militantes qualificados para assumir tarefas de organização e formação nestas áreas.

Os assentados vinculados ao MST na Chapada, mesmo preservando certas práticas e posicionamentos tradicionais no seu relacionamento com a propriedade da terra, apresenta em sua sociabilidade elementos que indicam a presença de alguns conteúdos da práxis do MST. Porém, as conexões desses referenciais com o *hábitus* dos assentados produziram um arranjo que não corresponde integralmente ao propósito do Movimento, onde se percebe um vínculo precário entre as “disposições” e a “orientação”, que resulta em descontinuidades entre a fase da luta e o período posterior à conquista da terra.

No entanto, esta nova, movente e ambígua sociabilidade presente nestes assentamentos, expressa a relação dialógica entre os parâmetros tradicionais e os novos referenciais que o Movimento busca introduzir, fazendo o processo de reelaboração do *hábitus* ocorrer num ritmo diferenciado dos processos “espontâneos” de mudança cultural, posto que orientado por uma práxis com intencionalidade transformadora.

Esse processo, observado do ponto de vista desta totalidade _ os assentamentos do MST na Chapada, apresenta especificidades e ritmos próprios quando observada cada área e cada assentado individualmente¹⁰. Pois, o processo de formação das áreas e o perfil dos assentados (experiências de trabalho, inserção nas redes existentes e filiação ao projeto político do MST) influenciam na forma como a práxis e o *hábitus* se relacionam na construção da sociabilidade dos assentamentos.

¹⁰ Os vínculos identitários dos assentados com o MST dependem da posição que assumem dentro do assentamento, do modo como participaram do processo de luta e da influência que as experiências anteriores exercem no seu olhar sobre o Movimento. Assim, a posição que ocupam na estrutura organizativa do Movimento (direção, militância e base social) acabam expressando diferentes graus de incorporação da práxis do MST.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRANTE, Vera L. S. B. (1997). Assentamentos Rurais, estratégia de recusa ao modelo estatal? Raízes. Ano XVI, n.º 15, 32-76.

BERGAMASCO, Sônia Maria P. P. (1992). Ontem e Hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. Ensaios e Debates. Set-Dez, 36-48.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação (2001). Tradução de Mariza Correa. Campinas-SP:Papirus, 224p (trabalho original publicado em 1994).

BRITO, Francisco Emanuel Matos Brito (2005). Os Ecos Contraditórios do Turismo na Chapada Diamantina. EDFUBA, Salvador, 418p.

CALDART, Roseli Salete (2000). Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes, 257p.

COLETTI, Claudinei (2003). Ascensão e Refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal. Trabalho apresentado no Seminário Intermediário do GT da ANPOCS: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social, USP. São Paulo.

COMPARATO, Bruno Konder (2001). A Ação Política do MST. São Paulo em Perspectiva. Vol 15. Nº 4. Disponível no site: www.scielo.br.

D'INCAO, Maria Conceição, ROY, Gerard. (1997). Cooperação, eficácia e liberdade nos assentamentos de reforma agrária. In: Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia. Paz e Terra, 23-39.

FERNANDES, Bernardo Mançano (2004). Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de,



MARQUES, Marta Inez Medeiros. O campo no século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 273-291.

MARTINS, José de Souza (1981). Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 185p.

MEDEIROS, Leonilde S, LEITE, Sergio, ESTERCI, Neide, FRANCO, Mariana P (1992). Assentamentos Rurais, um convite ao debate. Ensaios e Debates. Set-Dez. 04-15.

MEDEIROS, Leonilde S, LEITE, Sergio (2004). Assentamentos Rurais. Mudança Social e Dinâmica Regional. Rio de Janeiro: Mauad, 307p.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (2003). A luta pela terra: como morar e trabalhar na terra. Caderno dos Núcleos. MST-BA, Ano I, nº. 02, Agosto, Setembro e Outubro.

NAVARRO, Zander, MORAES, Maria Stela, MENEZES, Raul (1999). Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonildes S., LEITE, Sergio. A formação nos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre. UFRGS, 19-68.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino (2001). A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: Estudos Avançados, Vol 15, Nº 43 SET/DEZ. São Paulo. disponível no site: www.scielo.br.

PETRAS, James (1995). Ensaíos contra a Ordem. São Paulo: Scritta, 293p. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo e Cláudia Schilling.

VASQUEZ, Adolfo Sanches (1997). Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra.